


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
 Rua Sorbone, 375  
 São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004251-73.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**
**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS**

- SAAE opôs embargos à execução que lhe move **CHARLES SILVIO RODRIGUES** aduzindo excesso de execução, sob o fundamento de que o embargado, nos cálculos que apresentou nos autos da ação principal (nº 0008928-08.2011.8.26.0566) equivocou-se quanto ao índice utilizado para a correção monetária e para os juros moratórios e que estes somente são devidos após o decurso do prazo para pagamento do requisitório ou do precatório.

O embargado não se manifestou (fls. 29).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I e 740, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A sentença está às fls. 18/19.

O cálculo do embargante às fls. 14; do embargado, às fls. 22.

Há um erro material no cálculo do embargante, fls. 14, ao indicar como valor da condenação R\$ 589,08, quando o correto é R\$ 490,51.

Todavia, examinado o cálculo, podemos concluir, com segurança, que trata-se de um erro apenas na digitação e que o valor efetivamente considerado (para sobre ele incidir a correção e, na segunda alternativa do cálculo de fls. 14, também os juros) foi o correto.

Pois bem.

À luz dos cálculos e teses apresentadas, a divergência é apenas a seguinte: (a) se incidem ou não juros moratórios antes de decorrido o prazo constitucional ou legal para pagamento do RPV (b) índice de atualização monetária (c) índice de juros.

A questão sobre o termo inicial dos juros moratórios relativos ao principal não pode ser confundida com a matéria pertinente à incidência dos juros moratórios no período compreendido entre a conta de liquidação (a que irá instruir o precatório ou RPV) e o decurso do prazo constitucional para o pagamento do precatório ou RPV.

Com efeito, o STF, no REExt 579.431, reconheceu repercussão geral na questão relativa aos juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a data da expedição ou pagamento da requisição de pequeno valor ou


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

do precatório, não o tendo ainda julgado.

Já há, porém, jurisprudência sobre a matéria.

A Súm. Vinc. nº 17 do STF estabelece que "durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição [redação antiga: atual § 5º], não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos".

A exegese adequada é a segundo a qual tais juros não incidem entre a **data da elaboração da conta de liquidação** e o **efetivo pagamento do precatório**, desde que satisfeito o débito no prazo constitucional para seu cumprimento (STF: RE 298.616, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 31.10.2002; AI 492.779 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ªT, j. 13.12.2005; e RE 496.703 ED, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ªT, j. 02.09.2008).

Trata-se de interpretação que, por seus fundamentos, é aplicável às RPVs (STF: RE 565.046 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ªT, j. 18.03.2008; AI 618.770 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ªT, j. 12.02.2008), como assentado pelo E. STJ em recurso repetitivo (REsp 1143677/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Corte Especial, j. 02/12/2009).

O importante, porém, é destacar que nesse período não incidem os juros moratórios, mas estes podiam vir incidindo anteriormente, de acordo com a legislação. No caso específico, trata-se de responsabilidade civil extracontrual, e os juros incidem desde antes.

A jurisprudência mencionada pelo embargante, relativa a não incidência de juros moratórios desde data anterior porque não haveria a mora da fazenda, não se aplica ao caso concreto, pois refere-se ao caso de honorários advocatícios sucumbenciais, sem relação com o presente.

Quanto ao índice de atualização monetária, há duas possibilidades razoáveis.

Sabe-se que o STF, na ADI 4357 / DF, julgou inconstitucional o art. 1º da EC 62/09, na parte em que alterou a redação do § 12 do art. 100 da CF para estabelecer o índice de remuneração da caderneta de poupança (TR) para atualização monetária dos precatórios, e, por arrastamento, declarou também a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09 que, alterando o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, estabeleceu o mesmo índice para a atualização do débito de qualquer natureza em condenações contra a fazenda pública.

O critério adotado, em substituição, foi (a) o IPCA-E, se o débito não tem origem tributária –incorporado na Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada (b) o mesmo índice utilizado pela respectiva fazenda pública para seus créditos tributários, se o débito tem origem tributária.

Todavia, a eficácia temporal da declaração de inconstitucionalidade relativa à emenda constitucional, ou seja, relativa aos precatórios, foi modulada, na forma do art. 27 da Lei nº 9.868/99, em sessão plenária realizada em 25/03/2015, mantendo-se a TR até 25.03.2015 e, a partir daí, o novo índice.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Sem embargo, a modulação dos efeitos gerou dúvida ainda não solucionada, sobre se a modulação deve alcançar também as condenações contra a fazenda pública.

Isso, possivelmente, será objeto de deliberação no REXt 870.947/SE, com repercussão geral reconhecida, e que afetará o posicionamento do STJ, que, em sessão de 12/08/2015, resolveu questão de ordem no REsp 1.495.146, REsp 1.496.144 e REsp 1.492.221, submetidos ao regime do art. 543-C do CPC, para aguardar o julgamento do STF.

Há a possibilidade de se entender que, não tendo havido a modulação expressa em relação às condenações, a eficácia da declaração de inconstitucionalidade – por arrastamento - do art. 5º da Lei nº 11.960/09 deve ser retroativa, pois esta é a regra geral no controle abstrato (eficácia ex tunc). Trata-se de resposta plausível ao problema.

Sem prejuízo, ousamos divergir. Partimos da premissa de que o silêncio do STF, na modulação, não foi deliberado, mas fruto de esquecimento, por sinal compreensível. Sobre esse ponto, cumpre rememorar que aquela ADIn dizia respeito à emenda dos precatórios, esse o tema que essencialmente ocupou os Ministros. Na verdade, a declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09 deu-se por arrastamento, foi questão reflexa que atingiu outras realidades para além dos precatórios, ponto olvidado na modulação.

Assentada a lacuna, parece-nos que a melhor resposta, a guardar equivalência com a modulação deliberada em relação aos precatórios, dá-se por integração analógica, almejando-se coerência e integridade no sistema. Isto porque a situação jurídica é equivalente e similar. Não observamos, com as vênias a entendimento distinto, fundamento jurídico para tratar de modo diferenciado credores da fazenda cujo único traço distintivo está no *status* procedimental de seu crédito - se já corporificado em precatório ou não -, circunstância que, por não ter relação alguma com a matéria alusiva à atualização monetária e o índice adequado, parece-nos não constituir *discrímen* pertinente para a desigualação. *Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio*. Nesse sentido: TJSP, Ap. 0036815-85.2010.8.26.0053, Rel. Ricardo Dip, 11ª Câmara de Direito Público, j. 09/06/2015.

Assim, será adotada a Tabela do TJSP – Modulada.

Tal tabela está de acordo com o cálculo de fls. 14, do embargante, vez que inclusive é anterior à modulação.

Os juros moratórios devem ser os mesmos aplicados às cadernetas de poupança, na forma da Lei nº 11.960/09, e observamos que o embargante, em seus cálculos de fls. 14, agiu em conformidade com esse critério.

Consequentemente, os embargos são parcialmente acolhidos, adotando-se a segunda opção de cálculo (com juros) apresentada pelo embargante às fls. 14, aqui considerado como conta de liquidação.

**DISPOSITIVO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** os embargos para **declarar** devida pela embargante a quantia de R\$ 589,08 em março/2015, data do cálculo de fls. 14, a partir de quando (a) deve incidir atualização monetária (b) fica suspensa a incidência dos juros moratórios, até o decurso do prazo constitucional para pagamento do RPV.

A atualização monetária deve dar-se pela Tabela do TJSP de Débitos da Fazenda Pública – Modulada.

Os juros moratórios porventura incidentes – após o decurso do prazo para pagamento – serão aqueles aplicados às cadernetas de poupança, nos termos da Lei nº 11.960/09.

Não houver resistência do embargado, razão pela qual deixo de condená-lo nas verbas sucumbenciais.

Transitada em julgado, expeça-se RPV nos autos principais, observados os critérios desta sentença.

P.R.I.

São Carlos, 16 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**